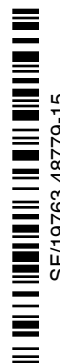




SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CID GOMES



SF/19763.48779-15

EMENDA Nº - CCJ
(à PEC nº 6, de 2019)

Dê-se ao art. 8º da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 8º O servidor público federal que cumprir as exigências para a concessão da aposentadoria voluntária, nos termos do disposto nos arts. 4º, 5º, 20, 21 e 22 e que optar por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.”

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A redação dada ao art. 8º da PEC prevê que o abono somente será assegurado até que seja editada lei. Note-se que, originalmente, o texto

apresentado pelo Relator na Comissão Especial na Câmara dos Deputados e a própria PEC 6 asseguravam o direito adquirido ao abono.

Trata-se de um retrocesso, em vista ser vantajoso para o ente manter o servidor na ativa em troca de uma pequena vantagem, em lugar de sofrer a lacuna decorrente de sua aposentadoria ou arcar com o custo integral da contratação de um novo servidor.

Assim, deve ser mantida a garantia do abono de permanência, que não somente beneficia o servidor que poderia exercer o direito à aposentadoria, evitando a taxaço de seus proventos, mas ainda mais a própria Administração, que poderá contar os serviços prestados e seus conhecimentos e experiência.

Sala da Comissão,

Senador CID GOMES





SF/19763.48779-15